



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número ^{271/} /XI (2 .ª)

Expeça-se

Publique-se

24/2/2011

O Secretário da Mesa

Rosário
Alb

Assunto: Portagens na A23 e A25

Destinatário: Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1. Recebi uma Moção da Assembleia Municipal da Guarda, a qual anexo;
2. Os autores da referida moção afirmam:
 - a) O seu desagrado pela "...forma como o Interior do País está a ser tratado no tocante à introdução de portagens nas auto-estradas A23 e A25";
 - b) A importância destas vias, quer pela "...redução significativa da sinistralidade rodoviária..." que a sua utilização permitiu, quer pelo potencial que comportam para o desenvolvimento económico e social das regiões que servem;
 - c) Que o Governo deve "...aumentar as medidas de discriminação positiva já anunciadas para os residentes e empresas de algumas destas áreas territoriais.";
 - d) Que "...em muitos troços das auto-estradas que servem esta região não existem alternativas no sistema viário actual já que muitos troços das SCUT foram construídos por sobreposição de vias já existentes.";
 - e) Que o desvio do tráfego das SCUT's acelerará o processo normal de desgaste das estradas municipais.
3. Das disposições legais e regimentais aplicáveis resulta:
 - i) Nos termos do nº 3 do artigo 155º da Constituição e do nº 3 do artigo 12º do Estatuto dos Deputados, "todas as Entidades públicas estão sujeitas ao dever



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas";

- ii) Nos termos do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição, é direito dos Deputados "fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável, salvo o disposto na lei em matéria de segredo de Estado";
- iii) Nos termos do disposto do nº 1 no artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, as perguntas e os requerimentos apresentados pelos Deputados são tramitados por intermédio do Sr. Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no nº3 do mesmo preceito.

Face ao exposto, venho por este meio questionar o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, por intermédio de Vossa Excelência, o seguinte:

- 1. No seguimento do processo negocial que decorreu entre o PS e o PSD, tendente à introdução de portagens nas SCUT's, e que determinou a extensão dessa decisão às SCUT's do interior, designadamente à A23 e A25, que medidas pretende o Governo aplicar, de modo a discriminar positivamente as populações residentes?
- 2. Constitui intenção do Governo compensar as "...autarquias, que em virtude de no seu concelho não existirem alternativas através de Estradas Nacionais, terão sobrecustos na manutenção das estrada municipais, pois passarão a ter um tráfego mais intenso."?

Palácio de São Bento, 16 de Fevereiro de 2011.

Deputada:

Rita Neves Ribeiro



Assembleia Municipal da Guarda

*2. Assim respecto a
sga de*

*2. Ao Coordenador dos Deputados do PS
eleitos pelo circulo eleitoral de Guarda,
partido socialista / psa
conhecimentos.*

*4. CABINETE
O CHEFE DE
24. 2010.*

Grupo Parlamentar
do Partido Socialista
Assembleia da República

N. Ref.: Of. 96_2/2010/AMG, de 28.09

Assunto: "Moção"

Cumpre-me remeter a V. Exas., para conhecimento, Moção aprovada, por maioria, pela Assembleia Municipal da Guarda, na sessão ordinária realizada a 24 de Setembro de 2010.

Com os meus melhores cumprimentos,

Guarda, 28 de Setembro de 2010

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal da Guarda

Carlos Alberto Dias dos Santos
(Carlos Alberto Dias dos Santos)

SR/



Assembleia Municipal da Guarda

A Assembleia Municipal da Guarda, em conformidade com a deliberação tomada em reunião de 24 de Setembro de 2010, vem manifestar profundo repúdio em relação à forma como o Interior do país está a ser tratado no tocante à introdução de portagens nas auto-estradas que servem esta região, nomeadamente a A23 e a A25.

É importante referir que estas vias, para além de terem permitido uma redução significativa da sinistralidade rodoviária, com inerentes benefícios sociais e económicos, são também infra-estruturas potenciadoras de desenvolvimento das regiões que servem.

Como tal, e se se pretende implementar uma verdadeira política de coesão nacional e territorial, as regiões mais débeis têm de ser obrigatoriamente objecto de discriminação positiva, já que foram estas mesmas regiões que durante décadas foram preteridas relativamente às grandes áreas metropolitanas e ao litoral, onde se foram construindo essas infra-estruturas, com outro ritmo temporal e que permitiu o seu desenvolvimento mais acelerado.

Assim, é hora dessas regiões serem solidárias para com as menos desenvolvidas e o Governo aumentar as medidas de discriminação positiva já anunciadas para os residentes e empresas de algumas destas áreas territoriais.

Estas medidas terão obrigatoriamente de salvaguardar a mobilidade dentro do concelho a custo zero nos troços e acessos que servem vários pontos desse espaço territorial e permitir o mesmo entre concelhos vizinhos, de modo a criar uma mobilidade intermunicipal ágil e flexível para que contribua para a afirmação e consolidação de verdadeiras regiões.



Assembleia Municipal da Guarda

Só com regiões consolidadas e unidas, o Interior se poderá desenvolver e afirmar no contexto nacional e assim contribuir para a redução da desigualdade socioeconómica que se continua a verificar no nosso país.

Queremos também relembrar V/Exa. de que em muitos troços das auto-estradas que servem esta região não existem alternativas no sistema viário actual já que muitos troços das SCUT foram construídos por sobreposição de vias já existentes.

Neste sentido, queremos também questionar V/Exa. sobre as compensações que serão dadas às autarquias, que em virtude de no seu concelho não existirem alternativas através de Estradas Nacionais, terão sobrecustos na manutenção das estradas municipais, pois passarão a ter um tráfego mais intenso.

Assembleia Municipal da Guarda, 24 de Setembro de 2010